

*Histórias
de
crime e mistério*

Edgar Allan Poe

Tradução:

GERALDO GALVÃO FERRAZ

Ilustrações:

LUIZ GÊ

ea
editora ática

Histórias de crime e mistério

Editor	Fernando Paixão
Editor assistente	Otacílio Nunes
Preparador	Rubens Ruschi
Coordenadora de revisão	Ivany Picasso Batista
Revisora	Camila Zanon

ARTE	
Editor	Marcello Araujo
Editores eletrônicos	EXATA Editoração Eletrônica

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P798h
2.ed.

Poe, Edgar Allan, 1809-1849
Histórias de crime e mistério / Edgar Allan Poe ; tradução de
Geraldo Galvão Ferraz ; Luiz Gê. - 2.ed. - São Paulo : Ática,
2000.
168p. : il. - (Eu Leio)

Inclui apêndice
ISBN 978-85-08-06767-1

I. Conto americano. I. Ferraz, Geraldo Galvão. II. Gê, Luiz.
III. Título. IV. Série.

10-0517. CDD: 813
CDU: 821.111 (73)-3

ISBN 978 85 08 06767-1 (aluno)
CL: 731322
CAE: 231755

2018
2ª edição
15ª impressão
Impressão e acabamento:

Todos os direitos reservados pela Editora Ática S.A.
Avenida das Nações Unidas, 7221- Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
Atendimento ao cliente: (0xx11) 4003-3061
atendimento@aticascipione.com.br – www.aticascipione.com.br

IMPORTANTE: Ao comprar um livro, você remunera e reconhece o trabalho do autor e o de muitos outros profissionais envolvidos na produção editorial e na comercialização das obras: editores, revisores, diagramadores, ilustradores, gráficos, divulgadores, distribuidores, livreiros, entre outros. Ajude-nos a combater a cópia ilegal! Ela gera desemprego, prejudica a difusão da cultura e encarece os livros que você compra.



Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>Os crimes da rua Morgue</i>	9
<i>O mistério de Marie Rogêt</i>	47
<i>A carta roubada</i>	101
<i>O coração denunciador</i>	125
<i>Berenice</i>	133
<i>O gato negro</i>	145
EDGAR ALLAN POE	159

Crime e mistério pela mão dum mestre

Geraldo Galvão Ferraz

Mistério e suspense parecem palavras que nasceram com a obra de Edgar Allan Poe, especialmente os contos reunidos neste volume. Nenhum escritor antes dele e poucos depois conseguiram traduzir a angústia do inesperado e o desespero do homem entregue às forças que ele não domina.

Mas neste livro você acompanhará, com os três primeiros contos, “Os crimes da rua Morgue”, “O mistério de Marie Rogêt” e “A carta roubada”, o nascimento da literatura policial moderna, com um detetive, o cavalheiro C. Auguste Dupin, usando seus pode-

res de dedução para enfrentar os enigmas sinistros de crimes aparentemente insolúveis. Dupin é o segundo, mas mais ilustre, herói de policiais da história do crime literário — o primeiro é Vidocq, cujas memórias o precedem em treze anos (1828).

Nos contos já está boa parte do que aparecerá nas histórias policiais posteriores, como a mescla de observação e de dedução do herói, a burrice do policial convencional, o humor que alivia o caráter sangrento do tema tratado, a multiplicação das pistas falsas que enganam o leitor etc. O detetive mais famoso

de todos, Sherlock Holmes, de Conan Doyle, usa muito dessas três histórias de Poe, a começar pelo apartamento onde moram dois reclusos do mundo, um deles contando as façanhas do outro; Dupin, o gênio, é excêntrico como Sherlock (ou vice-versa).

“Os crimes da rua Morgue” saiu em abril de 1841 na *Graham’s Magazine*. Poe leu um artigo sobre um macaco ladrão, juntou com uma pitadinha do *Zadig*, de Voltaire, e o fato de ter um amigo chamado C. Auguste Dubouchet, para fazer a narrativa, que ele próprio considerava uma de suas melhores obras.

“O mistério de Marie Rogêt”, de novembro de 1842, teve como base o caso real da morte de Mary Cecilia Rogers, em Nova York, que acabou sendo esclarecido como morte em consequência de um aborto malsucedido.

“A carta roubada” é de 1845. Considerada a mais fluente das histórias com Dupin, atraiu muita atenção dos críticos e houve até quem se aventurasse a sugerir que o ministro D..., o vilão da história, seria o duplo maligno de Dupin, ou até mesmo que Dupin seria filho do ministro.

Edgar Allan Poe foi inigualável também em reproduzir o horror

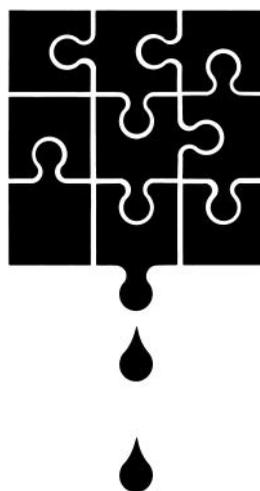
da loucura em suas histórias. Três das melhores no gênero estão neste volume. São contos de muita atmosfera e tensão, em que se juntam o crime, a pressão inescapável da culpa, a obsessão por alguns detalhes físicos.

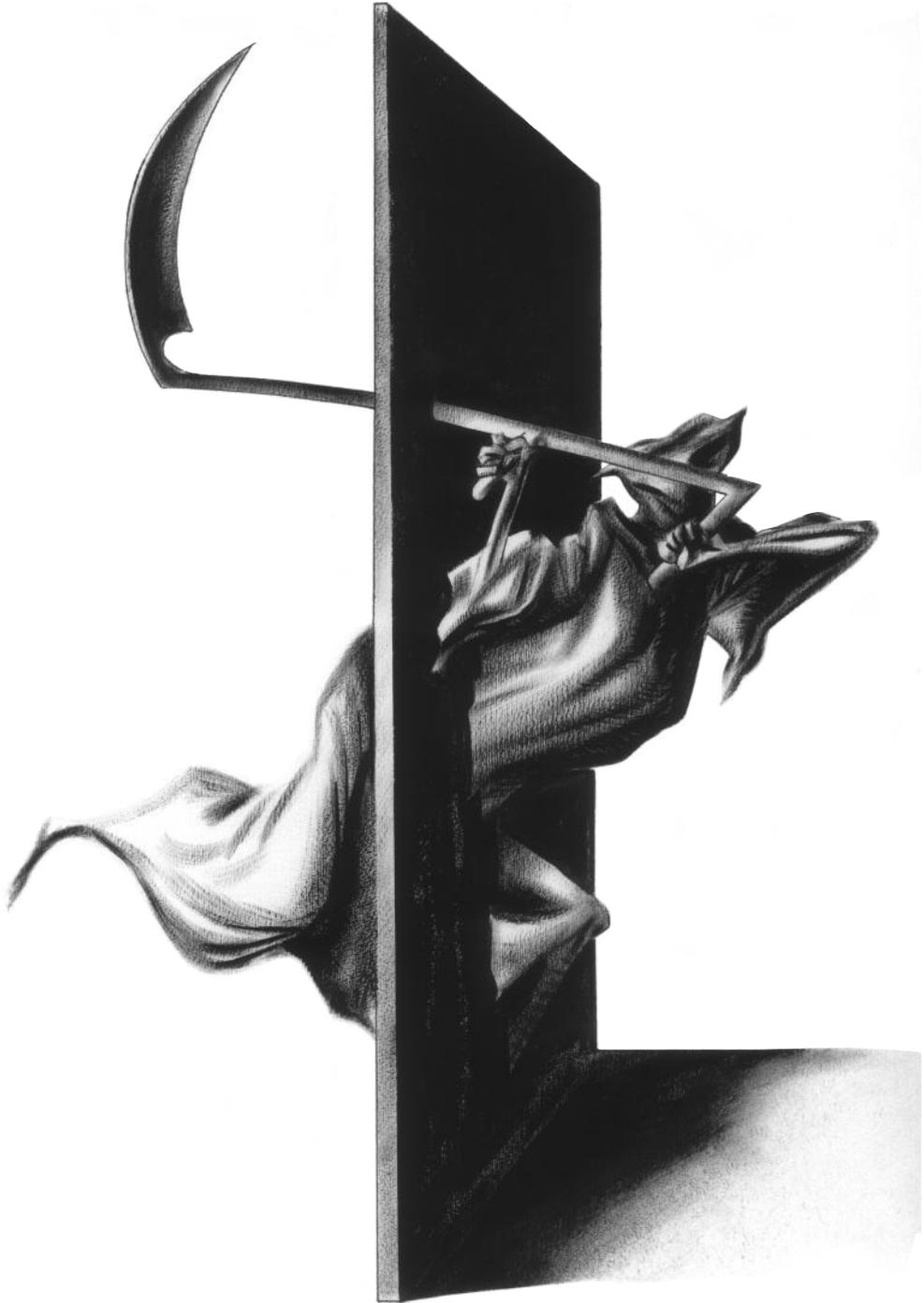
“O coração denunciador” é de 1843 e um clássico da monomania. O criminoso tem uma fixação nos olhos de sua vítima e é magistral como Poe mostra sua passagem da confiança em seu crime perfeito ao delírio furioso do final.

“Berenice”, de 1835, foi considerado, pelo próprio autor, uma história que tratava de um tema horrível demais. Aqui a obsessão está nos dentes, que são o foco de uma cena que, mesmo sem detalhes explícitos (ou por isso mesmo), tem um poder de horrorizar o leitor a cada leitura. Curiosamente, onze anos depois da publicação do conto Poe perdeu sua mulher, Virginia, que era sua prima e com quem se casou quando ela tinha treze anos. Virginia poderia ser o modelo para o retrato que Poe traça de Berenice.

“O gato negro” é de 1843. Mais uma vez, a opressão da culpa surge como em “O coração denunciador” e se repete a obsessão pelo olho, aqui o olho que falta na órbita do gato Pluto e seu duplo (ou reencarnação).

OS CRIMES DA RUA MORGUE





QUE CANÇÃO CANTAVAM AS SEREIAS,
OU QUE NOME AQUILES USOU, QUANDO SE
ESCONDEU ENTRE AS MULHERES, EMBORA
SEJAM PERGUNTAS COMPLICADAS, NÃO ESTÃO ALÉM DO
QUE SE PODE CONJETURAR.
SIR THOMAS BROWNE, *URN-BURIAL*

As faculdades mentais chamadas de analíticas são, em si, pouco suscetíveis de análise. Nós só as apreciamos em seus efeitos. Delas sabemos, entre outras coisas, que sempre são, para quem as possui, em grau insólito, uma fonte do mais amplo prazer. Assim como o homem forte exulta com sua capacidade física, adorando os exercícios que chamam seus músculos à ação, o analista se deleita com a atividade moral que desembaraça. Ele tira prazer até das situações mais banais que ponham seu talento em jogo. Ele gosta de enigmas, charadas, hieroglifos. Exibe, nas soluções de cada um, um grau de acuidade que parece sobrenatural para o entendimento convencional. Seus resultados, atingidos só pela alma e pela essência do método, têm, na verdade, toda a aparência de intuição.

O dom da *resolução* é muito estimulado pelo estudo da matemática e especialmente pelo seu mais alto patamar que, de modo injusto e apenas por causa de suas operações retrógradas, tem sido chamado *análise*. Porém, cálculo em si não é análise. Um jogador de xadrez, por exemplo, faz um sem recorrer à outra. Assim, o jogo de xadrez é muito incompreendido nos seus efeitos sobre o caráter mental. Não estou escrevendo um tratado, mas simplesmente prefaciando uma narrativa algo peculiar, com observações colhidas um tanto ao acaso. Portanto, aproveitarei para afirmar que os mais altos poderes da inteligência reflexiva são postos à prova mais decidida e utilmente no despretenso jogo de damas do que em toda a elaborada frivolidade do xadrez. Neste último, em que as peças têm movimentos diferentes e *bizarros*, com vários e variáveis valores, o que é apenas complexo é tomado (um erro não incomum) pelo que é profundo. A *atenção* aqui é posta profundamente em jogo. Se ela

se distrai um instante, comete-se um erro, que leva à perda ou à derrota. Como os movimentos possíveis são múltiplos e intrincados, as possibilidades desses enganos se multiplicam. Em nove casos entre dez, é o jogador mais concentrado que ganha, em vez do mais hábil. Ao contrário, no jogo de damas, em que os movimentos são *únicos* e variam pouco, as probabilidades de engano diminuem e, como a simples atenção fica comparavelmente inerte, todas as vantagens conseguidas pelos jogadores acontecem graças à *acuidade* superior. Para ser menos abstrato: vamos imaginar um jogo de damas em que as peças sejam reduzidas a quatro damas e no qual, claro, não se espera engano algum. É evidente que a vitória pode ser decidida — estando os dois jogadores em iguais condições — só por algum movimento muito hábil, resultado de intenso esforço intelectual. Sem os recursos habituais, o analista coloca-se no lugar de seu adversário, identifica-se com ele e muitas vezes descobre, de cara, o único método (às vezes, absurdamente simples) para levá-lo ao erro ou lançá-lo a um cálculo errado.

O jogo de uíste tem sido notado, há muito tempo, por sua influência no que é chamado de “poder de calcular”. Homens do mais alto valor intelectual dele extraem um prazer aparentemente incrível, enquanto desprezam a frivolidade do jogo de xadrez. Sem dúvida, não há nada de natureza semelhante que exercite tanto a faculdade de análise. O melhor jogador de xadrez da cristandade não é nada além de ser o melhor enxadrista; mas a eficácia no uíste significa capacidade de êxito em todas as especulações de importância bem superior, nas quais o espírito luta com o espírito. Ao dizer eficácia, quero aludir à perfeição no jogo que inclui o conhecimento de todas as fontes das quais se pode extrair um proveito legítimo. Elas são numerosas e complexas, e residem frequentemente em recessos do pensamento, totalmente inacessíveis a uma pessoa comum. Observar atentamente é lembrar com clareza. Assim sendo, o jogador de xadrez, bom de concentração, se sairá muito bem no uíste, já que as regras de Hoyle (elas mesmas baseadas na simples mecânica do jogo) são direta e geralmente compreensíveis. Portanto, ter uma memória retentiva e jogar de acordo com as regras são itens geralmente considerados como as exigências totais pa-

ra se jogar bem. Mas é em questões acima dos limites da simples regra que a habilidade do analista se revela. Ele faz, em silêncio, uma porção de observações e inferências. Da mesma forma, talvez, ajam seus companheiros, e a diferença na extensão da informação reside nem tanto na validade da inferência quanto na qualidade da observação. O conhecimento necessário é o de *que* observar. Nosso jogador não se confina ao seu jogo; já que o jogo é o objetivo, também não rejeita as deduções de coisas exteriores ao jogo. Ele examina o rosto do seu parceiro, comparando-o cuidadosamente com os de cada um dos seus adversários. Ele considera a maneira de arrumar as cartas em cada mão; muitas vezes, conta os trunfos e as figuras que cada um tem, pelos olhares lançados por seus possuidores. Ele percebe cada mudança de expressão no correr do jogo, reunindo um banco de ideias a partir das diferenças na expressão de certeza, de surpresa, de triunfo ou de tristeza. Pela maneira de lançar uma cartada, ele julga se a pessoa conseguirá repetir mais uma vez. Ele reconhece o que é blefe pelo jeito com que a carta é jogada na mesa. Uma palavra casual ou inadvertida, o fato de se deixar cair ou virar acidentalmente as cartas, com a ansiedade que vem junto ou a negligência quanto à sua ocultação; a contagem das cartas pela ordem de sua disposição; o embaraço, a hesitação, a angústia ou o tremor — tudo junto, para sua percepção aparentemente intuitiva, indica o verdadeiro estado de coisas. Após as primeiras duas ou três jogadas, ele tem a posse completa de cada mão, e assim lança suas cartas com uma precisão tão absoluta que parece que o resto dos jogadores lhe mostrou todas as suas cartadas.

O poder analítico não deve ser confundido com a simples engenhosidade, pois, embora o analista seja necessariamente dotado de engenho, o homem com esse dom é frequentemente dono de uma notável incapacidade de análise. A capacidade de construir ou combinar por meio da qual geralmente se manifesta a engenhosidade e à qual os frenólogos (erroneamente, na minha opinião) atribuem um órgão próprio, supondo que seja uma faculdade primordial, tem sido tão frequentemente vista naqueles cujo intelecto, de outra forma, é limítrofe à idiotia, que atraiu a atenção dos que se ocupam da moral. Entre a engenhosidade e a capacidade analítica

existe uma diferença muito maior, realmente, do que aquela entre a fantasia e a imaginação, mas de um caráter estritamente análogo. Na verdade, percebe-se que o engenhoso é sempre fantasioso e os *verdadeiramente* imaginativos, nada além de analíticos.

A narrativa que se segue aparecerá ao leitor um tanto sob a luz de um comentário das afirmações que adiantei.

Morando em Paris durante a primavera e parte do verão de 18.., fiquei amigo de um certo Monsieur C. Auguste Dupin. Este jovem cavalheiro é de uma excelente — eu diria até ilustre — família, mas, por uma série de acontecimentos desastrosos, ela se reduziu a uma tal pobreza que a energia do seu caráter sucumbiu sob ela e ele próprio parou de frequentar o mundo e de tentar recuperar sua fortuna. Por cortesia dos seus credores, ainda continuava dono de um pequeno resíduo de seu patrimônio. Com a renda que vinha disso, ele conseguia, por meio de uma economia rigorosa, satisfazer as necessidades da vida, sem se preocupar com coisas supérfluas. Os livros, porém, eram seu único luxo, e em Paris eles são facilmente comprados.

Nosso primeiro encontro foi numa livraria obscura da rua Montmartre, onde o acaso de estarmos ambos procurando o mesmo volume, muito raro e notável, fez com que nos relacionássemos. Visitamo-nos várias vezes. Interessei-me profundamente pela pequena história de família que ele me contou com toda a simplicidade característica do francês quando fala de si mesmo. Surpreendi-me também com o vasto alcance das suas leituras e, acima de tudo, senti minha alma empolgada pelo fervor interno e pelo vívido frescor de sua imaginação. Procurando em Paris alguns objetos que então buscava, senti que o convívio com um homem assim seria um tesouro incalculável. E expressei sinceramente essa opinião. Tempos depois, combinamos que iríamos morar juntos durante minha permanência na cidade e, como minha situação era um tanto menos complicada que a dele, foi-me permitido arcar com as despesas do aluguel e pude mobiliar, com um estilo que se adequava à melancolia algo fantástica de nosso temperamento comum, uma mansão roída pelo tempo e estranha, deserta havia muito tempo devido a superstições que não aprofun-

dei, situada na parte retirada e desolada do Faubourg St. Germain, onde ameaçava desabar.

Se alguém conhecesse a rotina de nossa vida nesse lugar, iria achar que éramos malucos, embora, talvez, malucos de natureza mansa. Nossa reclusão era perfeita. Não recebíamos visitas. É certo que a localização do nosso refúgio foi cuidadosamente mantida em segredo dos meus antigos amigos. E havia muito que Dupin deixara de conhecer gente ou de ser conhecido em Paris. Só existíamos na nossa solidão.

Meu amigo (de que outro jeito poderei chamá-lo?) tinha a esquisitice de gostar da Noite em si. Segui essa *esquisitice* de caráter, bem como todas as outras que tinha. Entreguei-me às suas extravagantes fantasias com perfeito abandono. A negra divindade não poderia estar sempre conosco, mas podíamos fingir sua presença. À primeira luz da manhã, fechávamos as janelas pesadas da nossa velha casa, acendíamos um par de velas que, fortemente perfumadas, irradiavam apenas raios débeis e pálidos. Com elas, mergulhávamos nossas almas em sonhos — lendo, escrevendo ou conversando, até sermos avisados pelo relógio da chegada das verdadeiras trevas. Daí saíamos pelas ruas, de braço dado, continuando a conversa do dia ou perambulando por toda parte até uma hora tardia, buscando, entre as vivas luzes e sombras da cidade populosa, aquela infinidade de excitação mental que a observação tranquila pode proporcionar.

Nessas ocasiões eu não podia deixar de notar e admirar (embora sua rica identidade me tivesse preparado para esperar isso) essa capacidade analítica peculiar em Dupin. Ele também parecia extrair um prazer intenso em exercitá-la — se não exatamente em exibí-la — e não hesitava em confessar a satisfação que tirava disso. Vangloriava-se, com uma risadinha baixa, de que a maior parte dos homens, para ele, tinha janelas no coração, e geralmente acompanhava essas afirmativas com provas diretas e muito contundentes de como conhecia intimamente minha pessoa. Sua conduta nesses momentos era frígida e abstrata, os olhos tinham uma expressão vaga, enquanto sua voz, geralmente um rico tenor, subia para um agudo que soava petulante, não fosse a deliberação e a intensa segu-

rança de enunciação. Observando-o nesse estado, frequentemente me punha a meditar na antiga filosofia da Alma Divina e me divertia com a ideia de um Dupin duplo — o criador e o analista.

Que não se pense, pelo que acabo de dizer, que estou revelando qualquer mistério ou escrevendo algum romance. O que descrevi no francês era simplesmente o resultado de uma inteligência excitada, talvez doentia. Mas poderei dar uma ideia mais exata com um exemplo do que dizia nesses instantes.

Passeávamos, certa noite, por uma rua muito comprida e suja, nas vizinhanças do Palais Royal. Como estávamos aparentemente ocupados com a meditação, nenhum dissera nada por pelo menos uns quinze minutos. De repente, Dupin disse estas palavras:

— Ele é um sujeito bem pequeno, de verdade, e estaria melhor no Teatro de Variedades.

— Não há dúvida disso — respondi casualmente, sem prestar atenção (pois estava muito concentrado nos pensamentos) à maneira extraordinária com que as palavras do meu companheiro coincidiam com o objeto de minhas reflexões. Um instante depois eu percebi e meu espanto foi enorme.

— Dupin — disse eu gravemente —, isto vai além de minha compreensão. Não hesito em dizer que estou espantado e mal posso acreditar nos meus sentidos. Como é possível você saber que eu estava pensando em...? — Fiz uma pausa para me certificar realmente se ele sabia mesmo em que eu pensava.

— Em Chantilly — disse ele. — Por que parou? Você estava afirmando para si mesmo que a figura pequena dele não o capacitava a representar tragédias.

Era precisamente o que eu estava pensando. Chantilly era um antigo sapateiro da rua St. Denis que, ao se fascinar pelo teatro, tentara fazer o papel de Xerxes na tragédia homônima de Crébillon, recebendo críticas devastadoras.

— Diga-me, pelo amor de Deus — pedi —, o método — se há um método — que você usou para perscrutar minha alma nessa questão.

Na verdade, eu estava mais espantado do que desejaria expressar.

— Foi o vendedor de frutas — respondeu meu amigo — que levou você à conclusão de que o remendão não tinha altura suficiente para Xerxes *et id genus omne*.

— O vendedor de frutas? Você me surpreende! Eu não conheço nenhum vendedor de frutas.

— O homem que lhe deu um esbarrão quando entramos nesta rua, há uns quinze minutos.

Então me lembrei de que, realmente, um vendedor de frutas, com uma grande cesta de maçãs na cabeça, quase me derrubara, por acaso, quando vínhamos da rua C... para a rua mais larga em que nos encontrávamos, mas não consegui entender o que isso tinha a ver com Chantilly.

Não havia uma partícula de charlatanice em Dupin.

— Vou explicar — disse — e, para que você entenda bem claramente, vamos primeiro retroceder no rumo de suas meditações, desde o momento em que falei com você até o encontro com o vendedor de frutas em questão. Os elos maiores da corrente são estes: Chantilly, Órion, o dr. Nichol, Epicuro, a estereotomia, as pedras da rua, o vendedor de frutas.

Há poucas pessoas que, em algum momento da vida, não se divertiram refazendo as etapas pelas quais suas mentes chegaram a conclusões específicas. Essa atividade é frequentemente cheia de interesse; quem a tenta pela primeira vez surpreende-se com a distância aparentemente ilimitada e com a incoerência entre a linha de partida e o objetivo. Qual, então, não foi minha surpresa quando ouvi o francês falar daquilo que acabara de dizer e quando não pude deixar de reconhecer que ele falara a verdade. Ele continuou:

— Havíamos falado de cavalos, se bem me lembro, pouco antes de deixar a rua C... Este foi o último assunto de que tratamos. Ao atravessarmos para esta rua, um vendedor de frutas, com uma grande cesta na cabeça, veio rapidamente na nossa direção, empurrou você para uma pilha de paralelepípedos reunidos em certo ponto, onde o calçamento está sendo refeito. Você pisou num dos pedaços de pedra espalhados, escorregou, torceu levemente o tornozelo, pareceu aborrecido ou irritado, resmungou umas palavras,

virou-se para olhar a pilha, e daí continuou em silêncio. Eu não estava especialmente atento ao que você fez, mas a observação se tornou, com o tempo, uma espécie de necessidade para mim. Você manteve os olhos no chão, olhando, com uma expressão contrariada, os buracos e desníveis do calçamento (por isso vi que você ainda pensava nas pedras) até chegarmos ao pequeno beco chamado Lamartine, que foi calçado, a título de experiência, com tacos de madeira fixados e ajustados. Aí, sua expressão se iluminou e, percebendo que seus lábios se moviam, notei que você murmurava a palavra “estereotomia”, um termo por demais pedante, que se aplica a esse tipo de calçamento. Sabia que você não podia dizer consigo mesmo a palavra “estereotomia” sem pensar logo em átomos e, portanto, nas teorias de Epicuro. Como, quando discutimos há pouco este tema, eu lhe dissera, embora fosse pouco notado, que as vagas conjeturas do nobre grego tinham tido uma confirmação tão singular com a cosmogonia nebular recente, vi que você não evitou olhar para a grande nebulosa de Órion, o que eu esperava que você não deixasse de fazer. Você olhou depois para cima e eu tinha então a certeza de ter acompanhado estritamente o rumo de suas ideias. Na crítica ferina que apareceu a respeito de Chantilly, ontem, no *Museu*, o satirista, fazendo algumas alusões maldosas à mudança do nome do sapateiro ao calçar coturnos, citou um verso latino sobre o qual temos conversado repetidas vezes. Refiro-me ao verso: *Perdidit antiquam litera prima sonum*. Eu lhe falara dele, que se referia a Órion, antigamente escrito Urion, e, por causa de certa mordacidade ligada a esta explicação, tive a certeza de que você não a teria esquecido. Portanto, era evidente que você não deixaria de combinar as duas ideias de Órion e de Chantilly. Vi que você realmente as associou, pela natureza do sorriso que passou pelos seus lábios. Você pensou na imolação do pobre sapateiro. Até então você andara meio curvado, mas naquele instante passou a andar ereto, bem de acordo com a sua altura. Percebi então que você estivera pensando na pequena altura de Chantilly. Aí interrompi suas meditações para notar que, na verdade, ele era um sujeito bem pequeno, o Chantilly, e que seria melhor ele estar no Teatro de Variedades.